



Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

30 de junho de 2019 e 2018

Com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras
Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Demonstrações Financeiras Consolidadas
Conglomerado Prudencial



30 de junho de 2019 e 2018

Índice

Relatório da Administração.....	1
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	3
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstração dos resultados.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos as Demonstrações Financeiras, relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

O Grupo

O Grupo Rendimento, através das suas controladas, atua de forma consolidada no mercado de câmbio, destacando-se como um dos maiores fornecedores de moeda estrangeira para instituições financeiras, pessoas físicas, pessoas jurídicas e outros agentes autorizados pelo Banco Central do Brasil.

Oferece aos seus clientes serviços como arrecadação de tributos de veículos automotores, transferências internacionais, recebimento de recursos do exterior, remessas, abertura de conta corrente em moeda estrangeira e cartões pré-pagos nacionais e internacionais como o VTM – Visa Travel Money, um dos mais tradicionais do mercado.

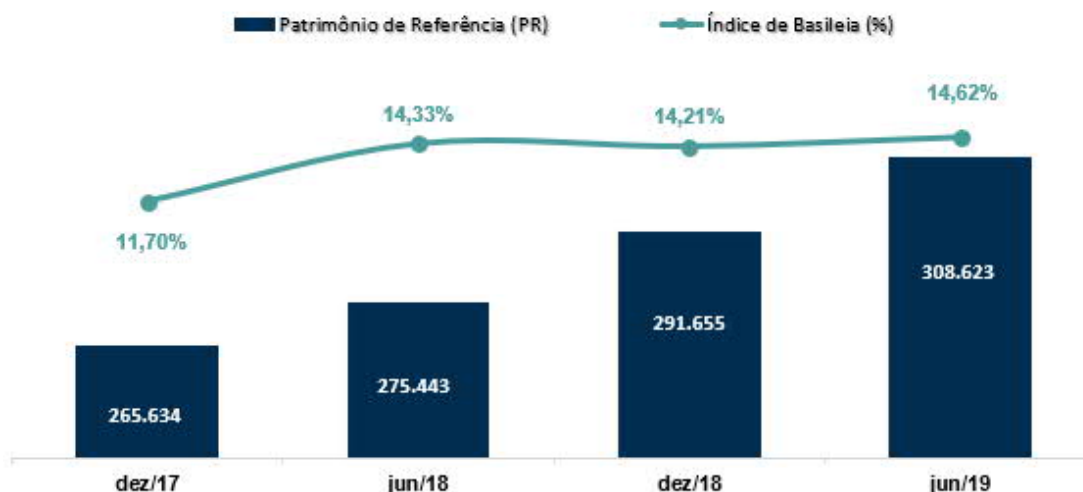
Atua no Middle Market, nas modalidades de empréstimos, financiamentos, descontos de títulos, CDC, antecipação de recebíveis, fianças, repasses do BNDES e comércio exterior.

Índice de Basileia

Os requerimentos mínimos do Patrimônio de Referência, do Nível I e do Capital Principal, são apurados com base no Conglomerado Prudencial, de acordo com a Resolução nº 4.280/13, através de metodologias definidas nas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13.

O Patrimônio de Referência para junho de 2019 foi de R\$ 308.623 (R\$ 275.443 – junho 2018), considerados os ajustes prudenciais cujo consumo de créditos tributários representou maior relevância nas deduções ao capital Nível I, compensadas pelo lucro líquido do Conglomerado de R\$ 32.454 (R\$ 31.016 – junho 2018). O ativo ponderado pelo risco (RWA) apresentou montante de R\$ 2.108.231 (R\$ 1.922.081 – junho 2018).

Para o cálculo do índice de Basileia são utilizadas as informações consolidadas do Conglomerado Prudencial e, neste semestre, o Grupo Rendimento apresentou comportamento alinhado à sua série histórica, conforme demonstrado:



Governança Corporativa, Riscos e Controles Internos

A estrutura de Governança Corporativa encontra-se integrada aos objetivos estratégicos e de tomada de decisão do Banco Rendimento, através da adoção de princípios consolidados pela conduta e ética, transparência, equidade, identidade e integridade organizacional, com papéis e responsabilidades claramente definidos. Esses pressupostos estruturais estão aderentes às leis e aos dispositivos regulatórios disseminados por meio de comunicação ampla e efetiva dos valores, regras e políticas que visam a preservação do valor econômico e longevidade da Instituição.

Nesse contexto ressalta-se o papel importante das áreas de Riscos, Compliance, Segurança da Informação, Auditoria Interna e Prevenção à “Lavagem” de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo, através da adoção de mecanismos de controle e procedimentos de gestão, alinhados às melhores práticas e em sintonia com as necessidades operacionais e de negócios do Banco Rendimento.

Auditor Independente

A Ernst & Young Auditores Independentes é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras do Grupo Rendimento. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A Administração do Grupo Rendimento agradece aos seus clientes e parceiros, pela confiança, e aos seus colaboradores.

A Administração



São Paulo Corporate Towers
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 – Torre Norte
São Paulo – SP - Brasil
CEP 04543-011

Tel: (5511) 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial

Aos

Acionistas e aos Administradores do

Banco Rendimento S.A. (Instituição Líder do Conglomerado Prudencial)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Rendimento S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial do Banco Rendimento S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Outros assuntos

Demonstrações Financeiras individuais do Banco Rendimento S.A e da Cotação DTVM S.A

O Banco Rendimento S.A. e a Cotação DTVM S.A elaboraram um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatórios de auditoria sem modificações, em 14 de agosto de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



EY

Building a better
working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC- 2SP034519/O-6

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Balanços Patrimoniais em
 30 de junho de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



Ativo	Notas	2019	2018
Circulante		2.125.887	2.596.672
Disponibilidades	4	305.188	273.361
Aplicações interfinanceiras de liquidez		555.094	1.037.066
Aplicações no mercado aberto	4 e 5	555.094	1.037.066
Títulos e valores mobiliários	6	807	191.852
Carteira própria		807	77.099
Vinculados operações compromissadas		-	7.673
Vinculados a prestação de garantias		-	107.080
Instrumentos financeiros derivativos	7a	203	-
Instrumentos financeiros derivativos		203	-
Relações interfinanceiras		288.379	116.081
Pagamentos e recebimentos a liquidar		285.210	113.613
Depósitos no Banco Central		1.658	1.010
Correspondentes		1.511	1.458
Operações de crédito	8	491.109	368.785
Setor Privado		491.109	368.785
Operações de crédito		510.124	382.806
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(19.015)	(14.021)
Outros créditos		476.499	595.476
Carteira de câmbio	9	280.818	460.571
Rendas a receber		2.330	3.288
Negociação e intermediação de valores	7a	131	750
Diversos	10	195.782	139.818
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(2.562)	(8.951)
Outros valores e bens		8.608	14.051
Outros valores e bens		5.873	9.964
Despesas antecipadas		2.735	4.087
Realizável a longo prazo		601.684	347.467
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	24.917	24.595
Aplicações em depósitos interfinanceiros		24.917	24.595
Títulos e valores mobiliários	6	152.736	-
Carteira própria		96.881	-
Vinculados operações compromissadas		17.656	-
Vinculados a prestação de garantias		38.199	-
Relações interfinanceiras		123	75
Pagamentos e recebimentos a liquidar		123	75
Operações de crédito	8	232.201	139.660
Setor privado		232.201	139.660
Operações de crédito		236.346	142.431
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(4.145)	(2.771)
Outros créditos		190.864	183.137
Diversos	10	190.864	183.137
Outros valores e bens		843	-
Despesas antecipadas		843	-
Permanente		25.832	16.873
Investimentos		492	72
Outros investimentos		492	72
Imobilizado de uso		22.677	13.942
Imóveis de uso		1.887	1.967
Outras imobilizações de uso		58.249	46.003
(Depreciações acumuladas)		(37.459)	(34.028)
Intangível		2.663	2.859
Ativos intangíveis		14.152	12.879
(Amortização acumulada)		(11.489)	(10.020)
Total do ativo		2.753.403	2.961.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Balanços Patrimoniais em
 30 de junho de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



Passivo	Notas	2019	2018 ⁽¹⁾
Circulante		1.274.054	1.689.087
Depósitos	11	374.006	397.985
Depósitos à vista		202.005	197.876
Depósitos interfinanceiros		2.012	2.012
Depósitos a prazo		140.669	174.023
Outros depósitos		29.320	24.074
Captações no mercado aberto		5.296	-
Carteira própria		5.296	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	86.678	46.509
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		86.678	46.509
Relações interfinanceiras		21.597	4.261
Recebimentos e pagamentos a liquidar		13.933	4.261
Correspondentes		7.664	-
Relações interdependências		43.337	47.983
Recursos em trânsito de terceiros		43.337	47.983
Obrigações por empréstimos	12	50.831	13.055
Empréstimos no exterior		50.831	13.055
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais	12	38.320	35.948
BNDES		29.028	31.584
FINAME		9.292	4.364
Instrumentos financeiros derivativos		-	441
Instrumentos financeiros derivativos	7a	-	441
Outras obrigações		653.989	1.142.905
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		19.425	18.887
Carteira de câmbio	9	230.947	759.053
Sociais e estatutárias		19.541	9.743
Fiscais e previdenciárias	13a	27.491	30.760
Negociação e intermediação de valores	7a	-	397
Diversas	13b	356.585	324.065
Exigível a longo prazo		1.152.941	978.368
Depósitos	11	952.897	795.871
Depósitos a Prazo		952.897	795.871
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	123	2.253
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		123	2.253
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais	12	57.862	45.158
BNDES		44.416	42.514
FINAME		13.446	2.644
Outras obrigações		142.059	135.086
Sociais e estatutárias		879	-
Diversas	13b	141.180	135.086
Resultados de exercícios futuros		272	492
Resultados de exercícios futuros		272	492
Patrimônio líquido	16	326.136	293.065
Capital		230.000	107.370
De domiciliados no país		230.000	107.370
Reserva de lucros		41.765	107.469
Ajustes de avaliação patrimonial		(26)	(9)
Lucros acumulados		20.607	-
Participações de não controladores		33.790	78.235
Total do passivo		2.753.403	2.961.012

⁽¹⁾ Saldos reapresentados.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Demonstração dos Resultados
 Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	Semestres	
		2019	2018
Receitas da intermediação financeira		246.116	233.574
Operações de crédito		83.124	67.984
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		25.451	22.825
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	2.632	22.696
Resultado de operações de câmbio		134.909	120.069
Despesas da intermediação financeira		(50.029)	(40.664)
Captações no mercado		(35.479)	(25.076)
Empréstimos e repasses		(4.345)	(6.254)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(10.205)	(9.334)
Resultado bruto da intermediação financeira		196.087	192.910
Outras receitas/despesas operacionais		(148.128)	(143.832)
Receitas de prestação de serviços	17	56.854	47.477
Despesas de pessoal	18	(87.360)	(78.045)
Outras despesas administrativas	19	(62.457)	(62.833)
Despesas tributárias	20	(16.787)	(15.768)
Outras receitas operacionais	21	11.341	7.710
Outras despesas operacionais	21	(49.719)	(42.373)
Resultado operacional		47.959	49.078
Resultado não operacional		(52)	553
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		47.907	49.631
Imposto de renda e contribuição social	14	(13.471)	(17.710)
Imposto de renda		(11.936)	(13.610)
Contribuição social		(7.288)	(10.958)
Ativo fiscal diferido		5.753	6.858
Participações estatutárias no lucro		(1.982)	(905)
Lucro líquido do semestre		32.454	31.016
Atribuível aos:			
Controladores		30.849	25.804
Não controladores		1.605	5.212
Total		32.454	31.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Capital	Reservas de Lucros		Ajustes a valor Patrimonial	Lucros Acumulados	Total Controladores	Participação de Não controladores	Total
		Legal	Outras					
Saldos em 31 de dezembro de 2017	107.370	6.190	87.345	(4)	-	200.901	77.533	278.434
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	25.804	25.804	5.212	31.016
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(5)	-	(5)	-	(5)
Constituição de reserva legal	-	1.291	-	-	(1.291)	-	-	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	17.913	-	(17.913)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(5.270)	-	-	(5.270)	(2.000)	(7.270)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(6.600)	(6.600)	(2.510)	(9.110)
Saldos em 30 de junho de 2018	107.370	7.481	99.988	(9)	-	214.830	78.235	293.065
Saldos em 31 de dezembro de 2018	107.370	8.851	115.371	(2)	-	231.590	77.824	309.414
Aumento de capital	122.630	(5.851)	(72.148)	-	-	44.631	-	44.631
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(44.549)	(44.549)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	30.849	30.849	1.605	32.454
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(24)	-	(24)	(10)	(34)
Constituição de reserva legal	-	1.542	-	-	(1.542)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(6.000)	-	-	(6.000)	-	(6.000)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(8.700)	(8.700)	(1.080)	(9.780)
Saldos em 30 de junho de 2019	230.000	4.542	37.223	(26)	20.607	292.346	33.790	326.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Demonstração dos Fluxos de Caixa
 Semestre findos em 30 de junho de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Semestres	
	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do semestre	41.570	39.298
Lucro líquido do semestre	32.454	31.016
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido	9.116	8.282
Ajuste a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(94)	1.008
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.205	9.334
Depreciações e amortizações	2.505	2.853
Impostos diferidos	(5.753)	(6.858)
Provisões/reversões operacionais	2.253	1.945
Variação de ativos e passivos	(197.237)	498.254
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(35)	1.544
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(54.471)	(5.675)
(Aumento) em relações interfinanceiras	(85.510)	(35.468)
(Aumento) em relações interdependências	(6.753)	(34.230)
(Aumento) em operações de crédito	(119.975)	(12.323)
(Aumento) em outros créditos	(48.689)	(48.969)
Redução/(aumento) em outros valores e bens	393	(387)
Aumento em depósitos	8.364	399.360
Aumento em captações no mercado aberto	5.296	-
Aumento/(redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	13.905	(7.037)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	33.137	17.125
Aumento em outras obrigações	57.104	224.266
(Redução)/aumento em resultado de exercícios futuros	(3)	48
Caixa líquido (aplicado)/gerado em atividades operacionais	(155.667)	537.552
Fluxo das atividades de investimentos		
Redução de participação de não controladores	(44.549)	-
Aquisição de investimentos	(114)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(6.719)	(6.018)
Alienação de imobilizado de uso	95	2.271
Aplicação no intangível	(715)	(533)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos	(52.002)	(4.280)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital – (nota 16)	44.631	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio – (nota 16)	(9.780)	(9.110)
Pagamento de dividendos – (nota 16)	(6.000)	(7.270)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	28.851	(16.380)
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa	(178.818)	516.892
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.039.100	793.535
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre – (nota 4)	860.282	1.310.427
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa	(178.818)	516.892

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

O Banco Rendimento S.A. é a instituição líder do Conglomerado Prudencial, é uma sociedade anônima de capital fechado, em conjunto com suas controladas (conjuntamente denominadas “Grupo Rendimento”) tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, permitidas aos bancos comerciais, inclusive carteira de câmbio, crédito, cartões pré-pagos e o exercício da administração de títulos e valores mobiliários. Os benefícios dos serviços prestados entre as instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, sendo adotadas as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e Circular nº 3.701/14, as demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Em atendimento a Carta-Circular nº 3.951/19 o Grupo Rendimento realizou a revisão das classificações de contas em 2019, e para fins de comparabilidade as seguintes rubricas e saldos foram reclassificados em 30 de junho de 2018:

Passivo Circulante	30 de junho de 2018		
	Saldos apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
Depósitos	373.911	24.074	397.985
Relações interfinanceiras	2.001	2.260	4.261
Outras obrigações – diversas	350.399	(26.334)	324.065

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 29 de agosto de 2019.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem as demonstrações financeiras das seguintes Empresas:

Empresa	Principal Atividade	País Sede	Controladas	(%) Participação
Banco Rendimento S.A.	Banco comercial com carteira de cambio	Brasil	Cotação Serviços Financeiros Ltda.	99%
Banco Brasileiro de Negócios S.A. ⁽¹⁾	Banco múltiplo	Brasil	-	-
Cotação Serviços Financeiros Ltda.	Correspondentes de instituições financeiras	Brasil	Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	85%
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	Agências de viagens	Brasil	-	-
Cotação DTVM S.A	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	Brasil	Action Empreendimento e Participações Ltda.	100%
Action Empreendimentos e Participações Ltda.	Outras sociedades de participação, exceto holdings	Brasil	-	-
Agillitas Soluções de Pagamento Ltda.	Operadoras de cartões de débito	Brasil	-	-

Demonstramos a seguir as posições de patrimônio líquido e resultado das Empresas do Grupo:

Empresa	2019		2018	
	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Banco Rendimento S.A.	261.497	30.849	214.830	25.804
BBN Banco Brasileiro de Negócios S.A. ⁽¹⁾	-	-	44.162	1.202
Cotação Serviços Financeiros Ltda.	20.990	467	21.548	434
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	479	3	545	(17)
Cotação DTVM S.A.	23.036	3.230	24.997	2.301
Action Empreendimentos e Participações Ltda.	268	(18)	330	(509)
Agillitas Soluções de Pagamento Ltda.	9.078	(1.626)	8.995	1.713

⁽¹⁾ Até 31 de dezembro de 2018, conforme nota explicativa 16.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial foram eliminados saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As



operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Moeda funcional

As demonstrações financeiras do Banco Rendimento estão representadas em Reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

e) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados



subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira, conforme demonstrado na Nota 8.

g) Bens não de uso próprio

São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.



i) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 4% a.a. para edificações, 10% a.a. para instalações, móveis e utensílios e sistemas de comunicação e 20% a.a. para os demais itens.

j) Intangível

São compostos por direitos adquiridos e investimentos em desenvolvimento que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

k) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução do Bacen nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

l) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia" sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes na data do balanço. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes



determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei nº 13.169/15 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/15).

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

n) Operações de Câmbio

A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas das demonstrações do resultado conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do Bacen nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

(i) Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

(iii) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se as demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.



p) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações, na data das demonstrações financeiras

q) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidades	305.188	273.361
Aplicações em operações compromissadas (nota 5)	555.094	1.037.066
Total	<u>860.282</u>	<u>1.310.427</u>

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
Aplicações em operações compromissadas – Posição Bancada		
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	255.042	923.174
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	300.052	26.898
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	86.994
Total posição bancada	<u>555.094</u>	<u>1.037.066</u>
Total aplicações no mercado aberto	<u>555.094</u>	<u>1.037.066</u>
Realizável a longo prazo		
Aplicações em moeda estrangeira		
Aplicações em moeda estrangeira	24.917	24.595
Total de aplicações em moeda estrangeira	<u>24.917</u>	<u>24.595</u>
Total realizável a longo prazo	<u>24.917</u>	<u>24.595</u>
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>580.011</u>	<u>1.061.661</u>

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



6. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	2019			2018		
	Valor de Custo	Ajustes a Mercado	Valor de Mercado	Valor de Custo	Ajustes a Mercado	Valor de Mercado
Títulos para negociação						
Carteira própria – Livres	807	-	807	278	-	278
Certificado de depósito bancário (CDB)	807	-	807	278	-	278
Total de títulos para negociação	<u>807</u>	<u>-</u>	<u>807</u>	<u>278</u>	<u>-</u>	<u>278</u>
Títulos disponíveis para venda						
Carteira própria – Livres	68.573	(14)	68.559	76.827	(6)	76.821
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	68.573	(14)	68.559	76.827	(6)	76.821
Carteira própria – Vinculada a Contas Pré-Pagas	28.338	(16)	28.322	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	28.338	(16)	28.322	-	-	-
Vinculados a operações compromissadas	17.660	(4)	17.656	7.673	-	7.673
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	17.660	(4)	17.656	7.673	-	7.673
Vinculados a prestação de garantias	38.210	(11)	38.199	107.090	(10)	107.080
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	38.210	(11)	38.199	107.090	(10)	107.080
Total de títulos disponíveis para venda	<u>152.781</u>	<u>(45)</u>	<u>152.736</u>	<u>191.590</u>	<u>(16)</u>	<u>191.574</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>153.588</u>	<u>(45)</u>	<u>153.543</u>	<u>191.868</u>	<u>(16)</u>	<u>191.852</u>

b) Composição por vencimento

	2019			2018	
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 12 meses	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	152.736	152.736	191.574	191.574
Certificado de depósito bancário - CDB	807	-	807	278	278
Total	<u>807</u>	<u>152.736</u>	<u>153.543</u>	<u>191.852</u>	<u>191.852</u>

Os títulos públicos, custodiados no Selic, foram ajustados a valor de mercado, sendo efetuada a comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA, em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial, no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, perfazendo o montante negativo de R\$ 18 (R\$ 9 em 2018).

7. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo Rendimento opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção (“Hedge”) contra o risco de mercado, que decorre principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial.

O gerenciamento da necessidade de “Hedge” é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de Dólar e de Reais subdivididas nos diversos indexadores (Pré, TR, IGP-M e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&F, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.



a) Composição analítica das operações

Contratos de mercado futuro

Representadas por contratos de mercado futuro que, conforme determinação do Bacen, são registrados em contas de compensação pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação das taxas pactuadas.

	2019		2018	
	Valor de referência	Ajuste diário a receber/(pagar)	Valor de referência	Ajuste diário a receber/(pagar)
Contratos de futuros (i)				
Posição comprada				
Dólar	30.783	131	187.446	750
Total posição comprada	<u>30.783</u>	<u>131</u>	<u>187.446</u>	<u>750</u>
Posição vendida				
Dólar	-	-	-	(397)
Total posição vendida	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(397)</u>
Total Contratos de Futuro	<u>30.783</u>	<u>131</u>	<u>187.446</u>	<u>353</u>

(i) Os ajustes diários, de contratos futuros a receber no valor de R\$ 131 (R\$ 353 a receber em 2018), encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores. Estas operações foram custodiadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Contratos a termo NDF

A carteira de contratos a termo de moeda sem entrega física – NDF (Non Deliverable Forward) registrada na B3 é assim assumida:

	Valor de referência	2019		2018	
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição Líquida	Posição Líquida
Termo de moedas:					
Posição comprada					
Euro x Dólar	63.187	231	-	231	(579)
Dólar x Dólar Canadense	1.429	-	(35)	(35)	39
Dólar x outras moedas	1.343	24	-	24	-
Total posição comprada	<u>65.959</u>	<u>255</u>	<u>(35)</u>	<u>220</u>	<u>(540)</u>
Posição vendida					
Euro x Dólar	23.967	-	11	11	39
Dólar Australiano x Dólar	2.685	(38)	-	(38)	8
Libra Esterlina x Dólar	2.433	-	10	10	52
Dólar x outras moedas	1	-	-	-	-
Total posição vendida	<u>29.086</u>	<u>(38)</u>	<u>21</u>	<u>(17)</u>	<u>99</u>
Total NDF	<u>95.045</u>	<u>217</u>	<u>(14)</u>	<u>203</u>	<u>(441)</u>

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



b) Composição por vencimento

	2019	
	Até 3 meses	Total
Valor de referência – Compensação		
Contratos de futuro – Compra	30.783	30.783
Contratos a termo – Compra	65.959	65.959
Contratos a termo – Venda	29.086	29.086
Total	125.828	125.828

c) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	2019	2018
Vinculados a prestação de garantias		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (Nota 6)	38.199	107.080
Total	38.199	107.080

d) Resultado com instrumentos financeiros de derivativos

Os resultados obtidos com as operações de instrumentos financeiros de derivativos, nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, estão demonstrados a seguir:

	2019			2018		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Futuros	33.192	(30.728)	2.914	87.338	(61.945)	25.393
Operações a termo – NDF	475	(757)	(282)	1.261	(3.958)	(2.697)
Total	33.667	(31.485)	2.632	88.599	(65.903)	22.696



8. Operações de crédito

Em 30 de junho de 2019 e 2018, as operações de crédito estavam assim representadas:

a) Composição da carteira de crédito

	2019	2018
Operações de crédito		
Capital de giro	426.960	289.275
Conta garantida	148.163	99.871
BNDES/FINAME	96.318	81.874
Financiamento em moeda estrangeira	39.100	15.813
Títulos descontados	12.433	12.593
Cheque especial	10.522	8.445
Crédito direto ao consumidor	4.556	5.253
Confissão de dívida	4.164	182
Recuperação judicial	2.460	3.218
Crédito pessoal	1.303	1.980
Adiantamento a depositantes	491	647
Cédula de crédito de exportação	-	4.376
Hot Money	-	1.710
Total	<u>746.470</u>	<u>525.237</u>
Outros créditos		
Títulos e créditos a receber - com características de concessão de crédito (nota 10)	146.260	94.245
Adiantamentos sobre contrato de câmbio (nota 9)	51.655	8.374
Rendas a receber (nota 9)	1.485	264
Devedores por compra de valores e bens	523	-
Total	<u>199.923</u>	<u>102.883</u>
Total das operações de crédito	<u>946.393</u>	<u>628.120</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.160)	(16.792)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(2.562)	(8.951)
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(25.722)</u>	<u>(25.743)</u>

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



b) Composição da carteira – por tipo de cliente e atividade

	2019	2018
Pessoa jurídica - Setor privado		
Comércio	185.801	170.933
Construção e imobiliário	181.332	74.407
Serviços privados	122.788	103.031
Máquinas e equipamentos	77.655	58.947
Educação, saúde e outros serviços sociais	69.748	35.814
Financeiro	62.665	33.397
Transportes	47.943	27.707
Madeira e móveis	38.705	16.802
Químico e petroquímico	24.734	24.189
Alimentos e bebidas	22.052	12.071
Petróleo e gás natural	21.247	4.068
Agropecuário	20.432	13.373
Mineração	19.354	-
Têxtil e confecções	13.087	15.065
Automotivo	9.730	1.960
Siderurgia e metalurgia	8.549	10.901
Papel e celulose	2.892	3.530
Eletrônicos	1.464	7.620
Eletricidade, gás e água	602	1.637
Outros	3.653	1.606
Total	<u>934.433</u>	<u>617.058</u>
Pessoas físicas	<u>11.960</u>	<u>11.062</u>
Total da carteira	<u>946.393</u>	<u>628.120</u>

c) Composição da carteira por vencimento

	2019	2018
Vencidas:		
Acima de 14 dias	23.153	21.444
A vencer:		
até 90 dias	341.619	213.784
de 90 a 365 dias	345.275	250.461
acima de 365 dias	236.346	142.431
Total da carteira por vencimento	<u>946.393</u>	<u>628.120</u>

d) Concentração da carteira

	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	269.683	28,50%	179.309	28,55%
50 seguintes maiores devedores	524.027	55,37%	324.630	51,68%
100 seguintes maiores devedores	139.780	14,77%	111.326	17,72%
Demais devedores	12.903	1,36%	12.855	2,05%
Total da carteira	<u>946.393</u>	<u>100,00%</u>	<u>628.120</u>	<u>100,00%</u>

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, está distribuída entre os seguintes níveis de risco:

					2019
Nível de Risco	% Provisão	A vencer	Vencidas ⁽¹⁾	Total	Provisão ⁽²⁾
A	0,5	529.960	-	529.960	(2.650)
B	1,0	288.504	333	288.837	(2.888)
C	3,0	70.444	100	70.544	(2.116)
D	10,0	33.475	8.969	42.444	(4.244)
E	30,0	330	202	532	(160)
F	50,0	369	124	493	(247)
G	70,0	1	553	554	(388)
H	100,0	157	12.872	13.029	(13.029)
Total		923.240	23.153	946.393	(25.722)

					2018
Nível de Risco	% Provisão	A vencer	Vencidas ⁽¹⁾	Total	Provisão ⁽²⁾
A	0,5	448.319	-	448.319	(2.710)
B	1,0	77.699	20	77.719	(777)
C	3,0	58.987	147	59.134	(1.774)
D	10,0	13.184	6.924	20.108	(2.011)
E	30,0	442	1.069	1.511	(453)
F	50,0	182	1.217	1.399	(700)
G	70,0	7.756	948	8.704	(6.092)
H	100,0	107	11.119	11.226	(11.226)
Total		606.676	21.444	628.120	(25.743)

⁽¹⁾ A coluna "Vencidas" refere-se ao saldo contábil das operações vencidas acima de 14 dias.

⁽²⁾ Em 2019 não foi constituída provisão adicional. Em 2018 foi constituída provisão adicional de R\$ 468, com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

	2019	2018
Saldo Inicial	(17.376)	(17.502)
Constituição	(12.418)	(12.674)
Reversão	2.213	3.340
Baixas de créditos contra prejuízo	1.859	1.093
Saldo Final	(25.722)	(25.743)

g) Créditos renegociados e recuperados

Os créditos renegociados, no semestre findo em 30 de junho de 2019, totalizaram R\$ 36.274 (R\$ 7.707 em 2018).

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



Os créditos recuperados, no semestre findo em 30 de junho de 2019, totalizaram R\$ 849 (R\$ 513 em 2018).

9. Carteira de câmbio

Em 30 de junho de 2019 e 2018 a carteira de câmbio do Grupo Rendimento está formada como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo		
Circulante		
Câmbio comprado a liquidar	156.555	380.164
Direitos sobre venda de câmbio	127.661	392.168
(-) Adiantamentos em moedas nacionais recebidas	(4.883)	(312.025)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 8)	1.485	264
Total do ativo circulante	<u>280.818</u>	<u>460.571</u>
Passivo		
Circulante		
Obrigações por compra de câmbio	153.660	376.596
Câmbio vendido a liquidar	126.058	386.050
(-) Adiantamento de contrato de câmbio (nota 8)	(51.655)	(8.374)
Obrigações por vendas realizadas	2.884	4.781
Total do passivo circulante	<u>230.947</u>	<u>759.053</u>

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



10. Outros créditos diversos

	2019	2018
Circulante		
Títulos e créditos a receber - com características de concessão de crédito (nota 8)(ii)	146.260	94.245
Crédito tributário (nota 14b)	16.628	14.234
Impostos e contribuições a compensar	15.022	12.973
Títulos e créditos a receber - sem características de concessão de crédito (i)	9.703	5.416
Devedores diversos – País	3.956	9.671
Devedores por depósito em garantia (nota 23b)	-	22
Outros	4.213	3.257
Total do circulante	<u>195.782</u>	<u>139.818</u>
Realizável a longo prazo		
Devedores por depósito em garantia (nota 23b)	136.955	132.155
Crédito tributário (nota 14b)	53.448	50.269
Impostos e contribuições a compensar	239	512
Devedores diversos – País	222	201
Total realizável a longo prazo	<u>190.864</u>	<u>183.137</u>
Total	<u>386.646</u>	<u>322.955</u>

(i) Refere-se substancialmente, a liquidação das vendas do produto Visa Travel Money (VTM), com o Banco, por parte das Distribuidoras/Corretoras de câmbio (Resellers) que comercializam o produto.

(ii) Refere-se substancialmente as operações de Confirme. As transações de pagamento, conforme Carta-Circular nº 3.828/17, foram reclassificados, de forma prospectiva, para a rubrica “Relações Interfinanceiras”.

11. Depósitos

a) Composição da carteira

	2019	2018 ⁽¹⁾
Depósitos à vista		
Pessoa física	151.774	48.802
Pessoa jurídica	50.231	149.074
Total	<u>202.005</u>	<u>197.876</u>
Depósitos interfinanceiros		
Instituições financeiras	2.012	2.012
Total	<u>2.012</u>	<u>2.012</u>
Depósitos a prazo		
Pessoa jurídica	954.507	778.084
Pessoa física	136.323	179.250
Instituições financeiras	2.736	12.560
Total	<u>1.093.566</u>	<u>969.894</u>
Outros depósitos		
Conta de pagamento pré-paga	29.320	24.074
Total	<u>29.320</u>	<u>24.074</u>
Total de depósitos	<u>1.326.903</u>	<u>1.193.856</u>

⁽¹⁾ Conforme Carta-Circular nº 3.951/19, os saldos relativos a contas de pagamento pré-pagas foram reclassificados para a rubrica “Outros depósitos”.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



b) Composição da carteira por vencimento

					2019	2018
	Sem Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Depósitos à vista	202.005	-	-	-	202.005	197.876
Depósitos interfinanceiros	-	2.012	-	-	2.012	2.012
Depósitos a prazo	-	46.330	94.339	952.897	1.093.566	969.894
Outros depósitos	29.320	-	-	-	29.320	24.074
Total de depósitos	231.325	48.342	94.339	952.897	1.326.903	1.193.856

c) Concentração dos depositantes

	2019	2018
10 maiores depositantes	818.365	643.180
50 seguintes depositantes	226.426	265.416
100 seguintes depositantes	112.633	117.690
Demais depositantes	169.479	167.570
Total de depósitos	1.326.903	1.193.856

12. Obrigações por empréstimos e repasses e recursos de aceites e emissão de títulos

				2019	2018
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Recursos de aceites e emissão de títulos					
Letras de crédito imobiliário	47.351	26.706	123	74.180	47.062
Letras de crédito do agronegócio	3.348	9.273	-	12.621	1.700
Total	50.699	35.979	123	86.801	48.762
Obrigações por empréstimos					
Empréstimos no exterior	15.084	35.747	-	50.831	13.055
Total	15.084	35.747	-	50.831	13.055
Obrigações por repasses – Instituições Oficiais					
BNDES	6.720	22.308	44.416	73.444	74.098
FINAME	2.158	7.134	13.446	22.738	7.008
Total	8.878	29.442	57.862	96.182	81.106
Total	74.661	101.168	57.985	233.814	142.923

13. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	2019	2018
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	8.267	6.192
Impostos e contribuições sobre os lucros	19.224	24.568
Total do circulante	27.491	30.760

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



b) Diversas

	2019	2018 ⁽¹⁾
Circulante		
Credores diversos no exterior (i)	200.063	239.737
Obrigações por transações de pagamento	92.999	1.990
Provisão para pagamentos a efetuar	34.197	38.374
Credores diversos no país	29.326	43.964
Total do circulante	<u>356.585</u>	<u>324.065</u>
Exigível a longo prazo		
Provisão para passivos contingentes (nota 23b)	139.808	134.482
Provisão para garantias prestadas (nota 22)	641	604
Credores diversos no país	731	-
Total do exigível a longo prazo	<u>141.180</u>	<u>135.086</u>
Total	<u>497.765</u>	<u>459.151</u>

(i) Refere-se substancialmente a cartões “pré-pagos” (Visa Travel Money).

⁽¹⁾ Conforme Carta-Circular nº 3.951/19, os saldos relativos a contas de pagamento pré-pagas foram reclassificados para a rubrica “Outros depósitos”.

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	47.907	47.907	49.631	49.631
Juros sobre capital próprio	-	-	(9.110)	(9.110)
Participação nos Lucros (empregados)	(1.982)	(1.982)	(905)	(905)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - Ajustado	<u>45.925</u>	<u>45.925</u>	<u>39.616</u>	<u>39.616</u>
Adições:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.205	10.205	9.334	9.334
Provisão para contingências	1.504	1.504	3.498	3.498
Outras provisões indedutíveis	4.706	4.706	2.268	2.268
Patrocínio e doações indedutíveis	423	423	355	355
Remuneração variável de dirigentes	1.006	233	640	-
Gratificações	35	35	1.758	1.758
Outras	279	279	174	174
Total das adições	<u>18.158</u>	<u>17.385</u>	<u>18.027</u>	<u>17.387</u>
Exclusões:				
Perdas em operações de crédito – Lei nº 9.430/96	1.301	1.301	1.214	1.214
Reversão de provisões para gratificação	2.241	2.241	-	-
Reversão de provisões temporárias	453	453	-	-
Reversão de provisão para contingências	40	40	-	-
Juros sobre o capital próprio	9.780	9.780	-	-
Outras	2.990	2.990	267	191
Total das exclusões	<u>16.805</u>	<u>16.805</u>	<u>1.481</u>	<u>1.405</u>
Base do imposto de renda e contribuição social	<u>47.278</u>	<u>46.505</u>	<u>56.162</u>	<u>55.598</u>
IRPJ/CSLL	(12.372)	(7.288)	(14.153)	(10.958)
Dedução de incentivos fiscais	436	-	543	-
Imposto de renda e contribuição social	<u>(11.936)</u>	<u>(7.288)</u>	<u>(13.610)</u>	<u>(10.958)</u>
Ativo fiscal diferido	3.681	2.072	3.895	2.963
Total de imposto de renda e contribuição social	<u>(8.255)</u>	<u>(5.216)</u>	<u>(9.715)</u>	<u>(7.995)</u>



b) Créditos tributários

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no semestre:

Descrição	Saldo			Saldo 30/06/2019
	31/12/2018	Constituição	Realização	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.249	5.072	(1.511)	22.810
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	29.091	3	(48)	29.046
Provisão para contingências	7.048	1.590	(1.774)	6.864
Provisão para participações no lucro	1.147	1.341	(1.176)	1.312
Outras	7.802	6.506	(4.264)	10.044
Total	64.337	14.512	(8.773)	70.076

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução do Bacen nº 3.355/06. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis. O Grupo Rendimento não apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável futuro para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

Descrição	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.774	3.289	9.008	3.719	20	22.810
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	-	-	-	-	29.046	29.046
Provisão para contingências	-	1.277	1.915	798	2.873	6.863
Provisão para participações no lucro	1.312	-	-	-	-	1.312
Outras	8.542	986	517	-	-	10.045
Total	16.628	5.552	11.440	4.517	31.939	70.076
Valor presente	15.700	5.225	10.720	4.215	29.656	65.516

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 65.516, utilizada a taxa de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.



15. Transações com partes relacionadas

a) Saldo das transações

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado no tocante a encargos e prazos.

	Pessoas Físicas ⁽¹⁾		Pessoas Jurídicas ⁽²⁾	
	2019	2018	2019	2018
Passivo	64.253	56.304	121.466	118.530
Certificado de depósito bancário	33.346	35.718	121.350	116.458
Depósitos à vista	680	929	116	2.072
Letras de crédito imobiliário	27.081	18.588	-	-
Letras de crédito do agronegócio	3.146	1.069	-	-
Resultado	(1.947)	(1.887)	(3.554)	(4.091)
Despesas de captações	(1.947)	(1.887)	(3.554)	(4.091)

(1) Referem-se ao pessoal chave da administração.

(2) Referem-se as empresas: Rendimento Holding S/A, Mac Participações e Controladas, Ades Investimentos e Participações Ltda e Adm Venture Ltda.

b) Remuneração da Administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social das empresas do Grupo Rendimento. Incorreram os seguintes benefícios de curto prazo aos administradores:

	2019	2018
Remuneração fixa no semestre	4.410	4.180
Remuneração variável no semestre	740	640
Encargos sociais	1.051	1.274
Total	6.201	6.094

O Grupo Rendimento não oferece benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.



16. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social do Banco Rendimento (instituição líder), totalmente integralizado é de R\$ 230.000, é representado por 149.118 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 74.559 ordinárias e 74.559 preferenciais.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de janeiro de 2019, foi aprovado o aumento de capital social no Banco Rendimento através da incorporação de reserva legal R\$ 5.851, incorporação de reserva especial de lucros R\$ 72.148 e mediante a emissão de 24.094 novas ações ao preço unitário de R\$ 1.852,36 totalizando R\$ 44.631. O aumento do capital social foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 14 de fevereiro de 2019.

Em 18 de outubro de 2018 a Rendimento Holding S.A. e a BS Holding Financeira Ltda. (anteriormente denominada PagueSeguro Holding Financeira Ltda), celebraram contrato de compra e venda do BBN Banco Brasileiro de Negócios S.A. com a transferência de riscos e benefícios em 4 de janeiro de 2019 pelo valor de R\$ 58.920.

O capital social de não controladores é de R\$ 26.068 e está constituído por 1.938.534 ações, sendo 969.267 ordinárias, 969.267 preferenciais e 6.000.000 cotas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas asseguram ao acionista a prioridade de reembolso do capital e o direito de participação na distribuição de dividendos e bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da diretoria, mediante assembleia geral dos acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

No semestre findo em 30 de junho de 2019, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 6.000 referente aos lucros acumulados de exercícios anteriores (R\$ 7.270 em 2018).

No primeiro semestre de 2019, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 9.780 referente aos lucros acumulados (R\$ 9.110 em 2018), calculados com base na Taxa de Juros de longo prazo (TJLP), nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95. O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social do semestre no montante de R\$ 3.894 (R\$ 4.067 em 2018).



c) Reservas de lucros

Reserva Legal: o Grupo Rendimento deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

Outras Reservas: composta por lucros obtidos a serem destinados em Assembleia Geral Ordinária.

A Administração possui plano e aval da assembleia caso as reservas de lucros excedam o valor de capital.

17. Receitas de prestação de serviços

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Câmbio	23.917	18.652
Cartões	9.580	14.371
Arrecadações	7.588	7.267
Transações de pagamento	5.638	1.237
Serviços bancários	5.210	2.256
Pagadoria	1.534	1.480
Cobrança	1.167	1.222
Garantias prestadas	754	744
Sub-adquirência	697	-
Outros serviços	769	248
Total	<u>56.854</u>	<u>47.477</u>

18. Despesa de pessoal

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Proventos	46.026	42.637
Encargos sociais	18.667	15.585
Benefícios	16.449	14.015
Honorários	5.458	4.795
Outras	760	1.013
Total	<u>87.360</u>	<u>78.045</u>

19. Outras despesas administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Transportes	17.181	19.201
Serviços do sistema financeiro	9.736	10.848
Aluguéis	9.152	8.218
Processamento de dados	8.990	7.860
Depreciações/amortizações	2.505	2.853
Serviços técnicos especializados	2.382	2.595
Serviços de terceiros	2.288	1.607
Condomínio	1.886	1.860
Comunicações	1.786	1.832
Vigilância e segurança	1.228	1.172
Manutenção e conservação de bens	1.153	1.125
Contribuições filantrópicas	1.100	827
Outras	3.070	2.835
Total	<u>62.457</u>	<u>62.833</u>

20. Despesas tributárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
COFINS	10.761	10.437
ISS	2.365	1.881
PIS	1.797	1.763

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



Outras	1.864	1.687
Total	<u>16.787</u>	<u>15.768</u>

21. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Outras receitas operacionais		
Atualização monetária de depósitos judiciais	3.421	2.475
Recuperações	3.377	-
Receita de arbitragem	3.361	3.465
Verbas de incentivos	637	630
Outras	545	1.140
Total	<u>11.341</u>	<u>7.710</u>
Outras despesas operacionais		
Comissões	12.284	9.870
Custódia	7.379	9.878
Billing	7.335	6.193
Convênios operacionais	5.984	5.016
Outras contingências	5.565	-
Contingências (i)	3.185	4.482
Atualização monetária de contingências	2.327	2.344
Despesa com numerários	1.017	1.312
Verbas de incentivos	156	392
Outras	4.487	2.886
Total	<u>49.719</u>	<u>42.373</u>

(i) Na rubrica “contingências”, estão registrados as despesas de contingências cíveis/fiscais/trabalhistas.

22. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, em 30 de junho de 2019, correspondiam a R\$ 72.775 (R\$ 70.056 em 2018) com provisão para perdas no montante de R\$ 641 (R\$ 604 em 2018).

23. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2019 e 2018, não existiam processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

(i) Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.



(ii) Provisões cíveis - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

(iii) Provisões fiscais - As provisões para processos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pelos seguintes processos:

- Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R\$ 79.594;
- Contestação quanto à base de receitas de operações de avais e fianças e de câmbio, defendida pelo Fisco Municipal como tributável para o ISS. O montante provisionado é de R\$ 3.880.
- Contestação de contingência sobre depósitos judiciais do alargamento da base de PIS e COFINS, no montante de R\$ 45.586.

As movimentações das provisões para contingências, obrigações legais e depósitos judiciais ocorridas no semestre, estão a seguir apresentadas:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	2019	2018
				Total	Total
Provisão para contingências					
Saldo inicial	126.651	9.729	1.193	137.573	130.238
Constituições/(Reversões)	3.038	2.096	378	5.512	5.560
Pagamentos	-	(3.029)	(248)	(3.277)	(1.316)
Saldo final	129.689	8.796	1.323	139.808	134.482
Depósitos Judiciais					
Saldo inicial	129.468	4.431	1.037	134.936	127.538
Constituições	2.465	1.290	216	3.971	5.269
Realizações/reversões	-	(1.739)	(213)	(1.952)	(630)
Saldo final	131.933	3.982	1.040	136.955	132.177

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 30 de junho de 2019, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por:

- Contestação administrativa a exigência da incidência de ISS sobre receitas decorrentes de operações que não se classificam como prestação de serviços, nos Municípios de Santo André e São Paulo, no montante de R\$ 2.331.
- Por 9 processos de natureza trabalhista, que totalizam R\$ 2.422.



- Por 39 processos de natureza cível que somam R\$ 795, e são originários de ações revisionais de contratos de empréstimos e financiamentos, bem como ações indenizatórias de operações financeiras e indenização por danos morais.

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Grupo Rendimento.

24. Gestão de Riscos e de Capital

Com o modelo de segmentação das instituições financeiras e da estrutura de gestão integrada de riscos, estabelecidos pelo Banco Central, através das Resoluções nº 4.553/17 e 4.557/17, o Conglomerado Rendimento mantém estrutura unificada de gerenciamento de riscos e de capital.

O gerenciamento de riscos e de capital no Banco Rendimento é de responsabilidade da área de riscos e tem por objetivo possibilitar maior efetividade nos controles e monitoramento das atividades e processos, através de modelos estruturados de governança, continuidade de negócios e controles internos, compatíveis com o perfil de negócio e apetite a riscos das empresas componentes da estrutura Prudencial, visando a adequação de capital compatível com os serviços e operações nas atividades de intermediação financeira realizadas no Grupo.

O modelo de gestão de risco e de capital passa por revisões periódicas e pelo contínuo alinhamento às melhores práticas, buscando aderência às disposições legais e a processos efetivos de melhoria nos controles, não sendo identificados impactos relevantes quanto à sua adoção.

a) Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional encontra-se condizente com as atividades e negócios realizados na Instituição e estruturado por um conjunto de procedimentos, processos e sistema de controle, os quais viabilizam o contínuo monitoramento e adequação à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

Com base nesse modelo de controle e gestão são identificados e analisados os eventos e incidentes vinculados a fraudes, descontinuidade de negócios, falhas tecnológicas, processos inadequados, dentre outros, visando a mitigação de possíveis perdas, assegurando a conformidade com os requerimentos regulatórios e a necessidade de alocação do montante do capital para parcela de risco operacional.

O montante destinado à cobertura do risco operacional no Conglomerado é calculado com base na Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada prevista na Circular nº 3.640/13.



b) Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado mantém-se estruturado de acordo com as políticas internas e dispositivos legais, sendo capaz de identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas, nas posições detidas pela Instituição, decorrentes da flutuação nos valores de mercado e das cotações dos instrumentos financeiros (taxas de juros, índices de preços, cupons cambiais e variação cambial), visando permitir a manutenção dos negócios e a geração de receita, até mesmo sob circunstâncias adversas.

Adicionalmente são realizados testes de estresse sobre o fluxo de ativos e passivos, contemplando o pior resultado histórico dos indicadores, através da utilização de métricas de apuração de cenários de alta e de baixa divulgados por parte central qualificada.

O modelo e rotinas adotados passa por revisões periódicas e contínuo alinhamento e adequações às disposições legais e a processos efetivos de melhoria nos controles.

c) Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez abrange o monitoramento e contínuo acompanhamento dos níveis de caixa e de exposições contingentes em cenários de estresse, com a adoção de limites mínimos de liquidez, possibilitando que liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura.

A realização dos testes de estresse, provenientes de eventos hipotéticos sobre os fluxos ativos e passivos, obedece aos critérios de classificação de operações previstos em normativos do Banco Central e no Novo Acordo de Capitais - Basileia III e visa identificar possíveis impactos significativos das exposições sobre o resultado corrente da Instituição nas áreas suscetíveis a riscos.

A área de risco de liquidez elabora e compartilha diariamente com a Administração, tesouraria e áreas de negócios, relatórios sobre a composição do limite mínimo de caixa, considerando a alavancagem das posições em relação ao patrimônio de referência e o fluxo de pagamentos/recebimentos, por data de vencimento, em um horizonte de dois anos.

d) Risco de Crédito

A gestão de Risco de Crédito tem como objetivo maximizar a relação risco x retorno de seus ativos e estabelecer limites e mecanismos de mitigação de risco, visando manter a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos dos mercados em que atua.



A estrutura de risco de crédito possibilita a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos inerentes aos produtos da carteira de crédito, pelo não cumprimento por parte do tomador ou contraparte, em razão das seguintes condições: a) de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; b) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; c) à redução de ganhos ou remunerações; d) às vantagens concedidas na renegociação e; e) aos custos de recuperação.

A Política de Gestão de Risco de Crédito aplicada pelo Banco Rendimento fundamenta-se na exigência de garantias compatíveis com o risco de contraparte e pela seleção de clientes que apresentem capacidade financeira para honrar os compromissos de crédito contratados, dotando-se de medidas corretivas e de planos de ação que possibilitem a identificação e mitigação de possíveis perdas ou riscos de crédito.

As diretrizes para a tomada de decisões e a definição da política de crédito garantem maior eficiência e otimização das oportunidades de negócios. Para a concessão de crédito, tanto no varejo como no atacado, as decisões avaliadas em comitê de acordo com os limites de alçada e análise econômico-financeira do cliente, visando garantir a criteriosa observação do risco das operações.

e) Estrutura de Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital encontra-se estruturado e aprovado pela Administração, de forma a garantir o crescimento dos nossos negócios e a preservação do capital acima do exigido pelo Banco Central do Brasil. São utilizados como mecanismos de monitoramento e controle, a identificação dos riscos que apontem a necessidade de capital adicional, a elaboração do plano de capital e de relatórios gerenciais e regulatórios.

Com o objetivo de mensurar os riscos não previstos nas metodologias de cálculo padronizadas, são realizadas simulações de cenários de estresse para avaliação de fontes para manutenção do nível de capital, através da utilização de ferramentas específicas de controle e práticas de mercado.

A estratégia de negócios da organização está registrada no Plano Trienal de Capital por meio da realização de projeções do índice de Basileia através de simulações de cenários de estresse, em que são considerados os riscos não previstos nas metodologias de cálculo.

Nesse Plano de Capital são contempladas as expectativas do triênio, com base no Conglomerado Prudencial, através de projeções de receitas, despesas e das posições patrimoniais, estimando-se a compatibilidade futura do índice de Basileia.

f) Prevenção à "Lavagem" de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

O Banco Rendimento conta com instrumentos de controle, políticas, normas, processos e sistemas específicos de monitoramento nas operações com clientes, fornecedores e



parceiros, através de seus produtos e serviços, a fim de prevenir, detectar, evitar e combater a "lavagem" de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo.

A participação da Administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro e ao combate ao financiamento do terrorismo, embasada na adoção de políticas transparentes, programa de treinamento de funcionários e melhores práticas, assegura o efetivo cumprimento das rotinas de controle, monitoramento e identificação tempestiva de operações atípicas. Esse modelo de gestão possibilita a sinergia entre as áreas de negócios e de controle, através do contínuo acompanhamento das atividades visando evitar o uso da estrutura do Grupo para fins ilícitos.

g) Responsabilidade Socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental no Banco Rendimento estabelece princípios, diretrizes e procedimentos, nos termos definidos na Resolução nº 4.327/14, com ênfase aos padrões de conduta e código de ética e da Lei Anticorrupção descritos na Política de Responsabilidade Socioambiental.

Os mecanismos de gestão das práticas de controle, identificação e mitigação de perdas associadas aos riscos socioambientais, principalmente na concessão de crédito, encontram-se devidamente definidos e visam contemplar procedimentos que devem ser observados nas relações de trabalho, com o mercado, clientes, fornecedores e público interno.

Nas avaliações de clientes e operações são considerados os fundamentos da Lei Anticorrupção, como um elemento de responsabilidade social, dando ênfase aos padrões éticos e fazendo-se compor das análises de Compliance e dos controles na apuração dos riscos ligados a danos socioambientais, independentemente dos riscos legais, tributários, de imagem e corrupção que trazem intrínseca relação.

h) Risco Reputacional

A gestão do risco reputacional no Banco Rendimento tem por objetivo estabelecer níveis adequados de supervisão sobre possíveis impactos econômicos, negativos, na condução dos negócios para os quais estão envolvidos o corpo funcional, parceiros, clientes e acionistas.

A política e os procedimentos bem como o monitoramento e identificação desse risco tem como premissa a percepção da primeira linha de defesa, reportada para a área de gestão de riscos e compliance, visando possibilitar a adoção de medidas mitigatórias e tornar mais eficiente o controle e a supervisão do risco reputacional, a fim de definir o alcance, a gestão e o controle desses riscos alinhados às expectativas dos grupos de interesse e sua aderência aos requerimentos legais.

i) Risco de Segurança Cibernética



O Banco Rendimento tem como prioridade seguir regulamentações legais e implementar mecanismos de proteção aderentes às melhores práticas, visando a prevenção de ataques em infraestrutura de TI e sistemas, por meio do monitoramento contínuo do ambiente de tecnologia e das avaliações periódicas de ameaças e controles relacionados à segurança cibernética.

A área de Segurança da Informação trabalha continuamente para melhorar a estratégia de Segurança Cibernética e de Proteção de Dados, de forma a mitigar os riscos e proteger a Instituição e seus clientes de ameaças e vulnerabilidades que possam comprometer a confidencialidade, disponibilidade e integridade das informações.

27. Limites operacionais

O Patrimônio de Referência mínimo requerido para o RWA está a seguir demonstrado, de acordo com os normativos em vigor:

	2019	2018
Patrimônio de Referência – PR	308.623	275.443
Ativo Ponderado pelo Risco	2.110.614	1.922.081
Risco de crédito – RWA_{CPAD}	1.620.455	1.297.930
Risco de mercado – RWA_{MPAD}	109.609	92.175
Risco de exposição cambial – RWA_{CAM}	68.821	53.023
Risco de taxas de juros – RWA_{JUR1}	1.001	2.387
Risco de cupom de moedas – RWA_{JUR2}	39.787	36.765
Risco operacional – RWA_{OPAD}	380.548	531.976
Patrimônio de Referência mínimo requerido para o RWA	168.849	165.780
Margem sobre o PR considerando a R_{BAN}	139.773	109.664

O índice de Basileia na data base de 30 de junho de 2019, para o Conglomerado Prudencial, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, concentrou-se em 14,62% (14,33% em 2018).